



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 06 de Setembro de 2019

## **Educação e Amazônia vão dividir fundo da Petrobras**

Por Mariana Muniz | De Brasília

O governo federal, o Congresso e a Procuradoria-Geral da República (PGR) chegaram a um acordo sobre o destino dos recursos do fundo bilionário da Petrobras criado após acordo com o governo dos Estados Unidos: serão R\$ 1,6 bilhão para a educação e R\$ 1 bilhão para o combate ao desmatamento e às queimadas na Amazônia.

O acordo ainda precisa ser homologado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) - a expectativa é que a assinatura saia até meados da próxima semana.

"Nós fizemos um acordo de destinação, e o ministro Alexandre então vai aguardar as manifestações específicas nossas, tanto do Ministério Público Federal quanto da Advocacia-Geral da União [AGU], para tomar uma decisão no caso concreto", afirmou o advogado-geral da União, ministro André Mendonça, após reunião realizada no gabinete do ministro do STF com todas as partes interessadas. Além dele, estiveram na audiência a

procuradora-geral da República, Raquel Dodge, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o procurador-geral da Fazenda Nacional, José Levi.

Segundo Dodge, o uso da verba será fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU). Caberá à União elaborar um relatório e apresentá-lo à Petrobras com um valor consolidado dos recursos recebidos, assim como dos gastos efetivos, para fins de prestação de contas.

"A defesa da Amazônia, que é patrimônio brasileiro, é muito importante e ela agora conta com recursos que irão para a área da agricultura, para assistência técnica, para regularização fundiária, para prevenção de queimadas e também para a regeneração da floresta. Então são áreas muito importantes que serão atendidas com esse dinheiro, atendendo ao interesse público e ao interesse brasileiro", afirmou.

A proposta de usar parte do fundo bilionário para o combate às queimadas na Amazônia foi feita pela

Câmara dentro da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 568, que contesta a destinação dos recursos da Petrobras para a chamada "Fundação Lava-Jato". A ideia seria utilizar R\$ 1,2 bilhão para a floresta.

Por ser relator da ADPF, coube a Moraes decidir sobre o pedido feito pela Câmara e que foi endossado pela PGR, autora da ação que contestava a fundação. Em janeiro, a Petrobras pagou US\$ 682,6 milhões ao Ministério Público Federal (MPF) no Paraná.

O acordo estabelecia que metade do valor seria revertida a um fundo patrimonial a ser gerido por meio de uma fundação independente para investir em projetos, iniciativas e desenvolvimento institucional de entidades idôneas e que promovam a conscientização da população brasileira sobre a importância da integridade nos ambientes público e privado, entre outras finalidades.

A fundação foi suspensa após decisão de Moraes, em março. Desde então, o destino do dinheiro estava indefinido.

## Faculdades rivais se unem e compartilham dados

Por Beth Koike | De São Paulo

Cinquenta e quatro instituições de ensino superior concorrentes se juntaram para trocar experiências, fazer compras e até oferecer cursos em conjunto, dividindo informações consideradas, até então, estratégicas. A iniciativa é do Semesp, sindicato das mantenedoras de estabelecimentos de ensino superior, que lança neste mês uma plataforma de compra de produtos e serviços para esse grupo de instituições.

"Esse cenário de compartilhamento de dados era impensável há alguns anos, mas hoje vivemos um mercado muito competitivo. O Conselho Nacional de Educação, do MEC, tem 40 pedidos de descredenciamento feitos por instituições que querem encerrar suas atividades", disse Fábio Reis, diretor de inovação acadêmica e redes de cooperação do Semesp.

Segundo ele, as faculdades participantes do projeto não necessariamente possuem problemas financeiros, mas têm ciência de que são ineficientes em alguma área operacional ou acadêmica. Há escolas, inclusive, bem capitalizadas como a Afya, companhia focada em cursos de medicina que captou US\$ 300 milhões em sua oferta inicial de ações na Nasdaq, em julho.

As faculdades com características comuns são reunidas em grupos específicos. Um deles é formado por Insper, Mauá, FAAP, ESPM e Fiap,

que têm cursos ligados às áreas de negócios, marketing e inovação e há nove meses estão trabalhando juntas. "A ESPM tinha temor em entrar em cursos tecnológicos por acreditar que poderia afetar sua credibilidade. A FAAP, que já atua com essa modalidade, mostrou sua experiência e explicou que não prejudica, porque são públicos distintos", disse o diretor do Semesp. "A Fiap é a mais digital e trouxe sua expertise para o grupo", acrescentou.

As cinco instituições desse grupo vão localizar juntas um espaço na próxima Fafsa, uma feira estudantil internacional nos Estados Unidos, após a FAAP mostrar o aumento no volume de matrículas de alunos de outros países por conta de sua participação nesse evento, do qual o Insper, por exemplo, não participava.

Outra iniciativa vem dos centros universitários Unifeob e FHO, localizados, respectivamente, nas cidades de São João da Boa Vista e Araras, no interior de São Paulo. Eles vão oferecer a partir de outubro cursos de pós-graduação em conjunto. O acordo funciona da seguinte maneira: cada centro universitário divulga, em sua cidade de origem, os próprios cursos e também os do parceiro. Os alunos poderão fazer a pós-graduação em São João da Boa Vista ou Araras. Quando uma instituição captar alunos em um dos cursos do outro centro universitário, ela ficará com 20% a 30% da receita gerada. A instituição cede sua unidade e o professor responsável pelo curso

de pós-graduação, cujas aulas normalmente são semanais ou quinzenas, vai até a outra cidade. A distância entre ambas é de cerca de 100 km.

Atualmente, as 54 participantes estão distribuídas em oito grupos que são classificados pelos seguintes perfis: confessionais ou fundações; confessionais católicas; de pequeno porte; do interior de São Paulo; da capital paulista ou de cidades próximas; com presença nacional; universidades; e de elite.

Apesar dos bons frutos, há alguns grupos que avançaram pouco. Entre eles está, por exemplo, o das instituições menores, normalmente sem uma gestão profissionalizada e que ainda resistem em abrir seus dados.

O Semesp deve dar um importante passo nesse projeto com o lançamento, neste mês, da plataforma que possibilitará às escolas comprar produtos e serviços em conjunto. A iniciativa deve beneficiar, principalmente, os pequenos grupos, que muitas vezes pagam mais caro porque não têm escala. "Há resistência de alguns fornecedores de exporem seus preços que, muitas vezes, são distintos mesmo quando o tamanho do comprador é semelhante", disse o diretor do Semesp. A plataforma inicia as operações com dez fornecedores e destina-se apenas às instituições participantes do programa de compartilhamento de dados.

## VERBA EXTRA

Combate ao fogo na Amazônia terá R\$ 1 bilhão da Lava-Jato

CAROLINA BRÍGIDO E AMANDAALMEIDA

O governo federal e a Procuradoria-Geral da República chegaram ontem a um acordo para destinar recursos do fundo da Lava-Jato para ações de preservação ambiental e para a educação. Será aplicado R\$ 1 bilhão no combate ao desmatamento e incêndios na Amazônia. Outro R\$ 1,6 bilhão será usado para ações na área de educação.

O acordo foi firmado durante amanhã no Supremo Tribunal Federal (STF), com a mediação do ministro Alexandre de Moraes. A decisão ainda não tem validade, já que Moraes precisa homologar os termos do acordo.

Além da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, participaram da reunião, entre outros: o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP); o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira; a ministra da Agricultura, Tereza Cristina; e representantes dos ministérios da Defesa, da Economia e da Câmara dos Deputados.

O dinheiro virá do fundo criado a partir do acordo entre a Petrobras e aforça-tarefa Lava-Jato. Os R\$ 2,6 bilhões estavam bloqueados por decisão de Moraes, em um

processo no qual a PGR questionou a legalidade da criação do fundo.

— É um momento importante esse em que finalmente os recursos da ordem de R\$ 2,6 bilhões serão destinados a ações específicas em favor do interesse público — disse Dogde, que concluiu: — A defesa da Amazônia, que é patrimônio brasileiro, é muito importante, e ela agora conta com recursos que irão para a área da agricultura, para a assistência técnica, para a regularização fundiária, a prevenção de queimadas e também a regeneração da floresta. São áreas muito importantes que serão atendidas com esse dinheiro.

Do valor total a ser investido na região, R\$ 430 milhões serão encaminhados aos nove estados que compõem a Amazônia Legal. Outros R\$ 630 milhões serão administrados pelo governo federal.

### “SITUAÇÃO EMERGENCIAL”

Foi de Dodge o pedido para destinar os recursos do fundo à Amazônia. Inicialmente, ela tinha pedido que o dinheiro fosse totalmente repassado para a educação. Diante da situação emergencial na Amazônia, porém, atendeu a um pedido da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e alterou a destinação dos valores. A intenção inicial era destinar R\$ 1,3 bilhão para a educação e R\$ 1,2 bilhão para ações na Amazônia. Mas, depois da negociação, as cifras

foram ajustadas.

“Há uma nova situação emergencial, decorrente de extensas e devastadoras queimadas na Floresta Amazônica, com imenso impacto ambiental, social e econômico; que deve ser enfrentada por todos os Poderes da República e pela própria sociedade, que é a imediata debelação dos incêndios, o estabelecimento de medidas concretas de proteção ao meio ambiente, inibição de novos incêndios, investigação e punição dos que cometeram os graves crimes ambientais, bem como o fortalecimento dos órgãos de controle e fiscalização ambiental nesta região”, escreveu Dodge ao STF no mês passado.

Segundo ela, o uso dos recursos deverá ser acompanhado pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União.

Presidente do Senado, Alcolumbre deu mais detalhes da divisão proposta pelas autoridades: os R\$ 630 milhões do governo federal devem ir para ações das Forças Armadas e do Ibama no combate e prevenção dos incêndios. O valor também seria usado para ações de regularização fundiária na região. Segundo ele, Moraes sinalizou na reunião que deve tomar decisão sobre a repartição na semana que vem. Procurado pela reportagem, o Ministério do Meio Ambiente não comentou a decisão até a conclusão desta edição.





Governador do Amapá e presidente do consórcio dos estados da Amazônia Legal, Waldez Góes (PDT-AP) comemorou a liberação dos R\$ 430 milhões. E elencou suas prioridades: ações emergenciais para debelar queimadas, desmatamento e garimpo ilegal; criação de uma espécie de “sala de situação” comum sistema permanente de controle, monitoramento e fiscalização; e a sofisticação dos instrumentos de planejamentos público e privado, para a regulação fundiária e de atividades econômicas, por exemplo. O objetivo é reduzir as ações ilegais na região.

—Não nos damos por satisfeitos de agir agora e depois baixar a guarda. Queremos ação permanente —concluiu Góes, que aguarda os compromissos do governo federal.

#### EDUCAÇÃO INFANTIL

Alcolumbre detalhou também o uso do R\$ 1,6 bilhão da educação. Ele informou que a ideia é que o

Ministério da Educação receba R\$ 1 bilhão para ações ligadas à educação infantil. O MEC não respondeu aos questionamentos do GLOBO.

O restante seria repartido assim: R\$ R\$ 250 milhões para os bolsistas do CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia; R\$ 250 milhões para o programa Criança Feliz e iniciativas para a primeira infância do Ministério da Cidadania; e, por fim, R\$ 100 milhões para ações ligadas à educação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

“Finalmente os recursos da ordem de R\$ 2,6 bilhões serão destinados a ações específicas em favor do interesse \_ público” Raquel Dodge, Procuradorageral da República

“Não nos damos por satisfeitos de agir agora e depois baixar a guarda. Queremos ação \_ permanente” Waldez Góes, governador do Amapá

## Melhorar a aprendizagem

*CLAUDIA COSTIN*

Escrevo do Rio de Janeiro, onde se reuniram, nesta quarta (4/9), dirigentes municipais de educação do estado com a Secretaria estadual e o Conselho de Educação para fazer avançar o currículo fluminense, uma tradução da Base Nacional Comum Curricular, num esforço já feito por outros 24 estados e pelo Distrito Federal.

De fato, faltam só o Rio de Janeiro e o Amazonas para termos todas as unidades federativas com os objetivos de aprendizagem de suas crianças e adolescentes mais claros e traduzidos para a realidade local. Não é uma iniciativa menor, afinal, em dezembro de 2017, depois de muitas rodadas de discussão, foi aprovado o que podemos chamar de nosso pré-currículo nacional para a educação infantil e o ensino fundamental. Faltava porém transformá-lo em documento curricular para que cada estado, município e escola pudesse usá-lo em sala de aula, no processo de ensino.

Isso é suficiente para melhorar a qualidade da educação no Brasil? Com certeza não. Com os currículos aprovados, como o fizeram há bastante tempo os melhores sistemas educacionais do mundo, precisamos ainda alinhar três outros elementos para que a crise de aprendizagem que vivemos seja enfrentada.

O primeiro é a formação do professor. Não há nenhum elemento mais importante no processo de ensino que a qualidade dos docentes. Para resolver isso, precisamos investir na atratividade da carreira e melhorar a formação que eles recebem no ensino superior, conectando-a mais com a prática. Precisamos também usar melhor o tempo de atividade extraclasse previsto em lei, para uma aprendizagem e um planejamento mais colaborativos entre mestres. E esta formação em serviço deve se dar a partir dos currículos e de pesquisa efetiva sobre como está o aprendizado dos alunos.

Outro elemento são as avaliações, que permitirão saber o quanto crianças e adolescentes dominam as competências previstas no currículo e onde exatamente permanecem dificuldades. Estas avaliações deveriam ser analisadas por gestores educacionais e equipes escolares, para traçar estratégias de recuperação de aprendizagem.

Por último, definidos os currículos, materiais de apoio aos professores precisam ser preparados ou adquiridos. Para fazer um bom trabalho é importante sequenciar o processo de ensino, aprender com os colegas, conhecer as dificuldades, mas, sem materiais compatíveis com o século 21 para ensinar com altas expectativas para todos, não se consegue avançar. Daí a urgência de dotar cada docente com livros e objetos digitais que lhe permitam oferecer um ensino de qualidade.

Há ainda um longo caminho a percorrer.



## Escolas cívico-militares: erro, viés ou o quê?

PRISCILA CRUZ

Não é surpresa a defesa de escolas militares pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL). Mas basear uma política nacional de educação nesse modelo é autoengano, viés ideológico ou plataforma eleitoral? O que podemos afirmar: trata-se de um erro de diagnóstico e de priorização.

Em primeiro lugar, é importante diferenciar escolas militares — que basicamente atendem os filhos de militares — das cívico-militares, escolas regulares com a presença de militares em algumas funções na gestão escolar.

O Ministério da Educação anunciou que vai investir recursos na ampliação de colégios cívico-militares. A justificativa são os resultados das escolas militares: elas têm média 7 no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do ensino fundamental e médio, frente à média nacional de 4,9. Já as cívico-militares ficam mais próximas da base do que do topo, com 5,6.

Se mais aprendizagem nas escolas públicas é o resultado esperado, um estudo de impacto deveria ser capaz de mostrar que o

modelo cívico-militar é responsável pelo diferencial de nota do Ideb, independentemente de outros fatores.

Entretanto, não há evidências do impacto da militarização das escolas públicas, diferentemente de tantas outras políticas, como formação de professores, primeira infância, qualidade do currículo e da prática pedagógica, gestão escolar, participação das famílias e educação Integral.

Com efeito, o que mais explica os resultados das escolas militares são os fatores extraescolares. Algumas delas selecionam estudantes por meio de provas, como num vestibular, e assim têm a tarefa de ensinar para quem já tem aprendizagem acima da média. Mas o que mais explica o Ideb maior é o nível socioeconômico médio dos alunos, que são em maioria de famílias de classe média ou média alta, bem diferente da média nas escolas regulares.

Pode ser então que a justificativa seja apenas mais segurança. É inegável o fator “disciplina” nessas escolas, e justo que as famílias desejem um ambiente seguro aos

seus filhos. Mas o preço é o senso de repressão e da supressão da individualidade dos alunos.

As boas experiências no Brasil mostram que escolas bem geridas também têm muito mais disciplina e segurança, sem ampliar a evasão dos alunos que não se encaixam no modelo militarizado e com o favorecimento de projetos pedagógicos mais colaborativos e sintonizados com as competências para o século 21.

Foi esse o caminho seguido pela Colômbia, que convivía com altas taxas de criminalidade e violência pública: em vez de militarizar as escolas, elaboraram padrões de competências cidadãs, melhoraram a formação docente, engajaram famílias, professores e alunos e investiram na gestão das escolas.

O êxito levou à instituição de um Sistema Nacional de Convivência Escolar, com a adoção de um exame para medir as competências cidadãs e a inclusão de uma “cátedra da paz” em todas as instituições de ensino colombianas. Além de resultados excelentes nas escolas, a Colômbia ultrapassou o Brasil no Pisa, avaliação internacional de





aprendizagem, em 2015.

Tudo isso posto, a política pública nacional não deveria ser, portanto, de ampliação de escolas de tempo integral, de fortalecimento da gestão escolar (incluindo seleção com critérios técnicos e formação de diretores), de enfrentamento da má qualidade da formação dos professores no Brasil, de promoção da paz?

Sem dúvida, mas é um caminho que exige muito mais da gestão governamental do que colocar militares nas escolas.

Priscila Cruz

Mestre em administração pública pela Harvard Kennedy School (EUA), é presidente-executiva e cofundadora do movimento Todos Pela Educação



## Bolsonaro prevê 216 escolas cívico-militares no país até 2023

Paulo Saldaña e  
Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PSL) ampliou o número de escolas que receberão apoio federal para migrarem para o modelo militar. O presidente afirmou que modelo deve ser imposto às escolas, embora o MEC (Ministério da Educação) indique que o projeto será implementado por adesão de governos e também da comunidade escolar.

“[Se o estudante] não sabe uma regra de três, não sabe

interpretar um texto, não responde pergunta básica de ciência? Absurdo. Não tem que perguntar para o pai irresponsável se ele quer ou não uma escola com uma, de certa forma, militarização. Tem que impor, tem que mudar”, disse Bolsonaro na cerimônia de apresentação do projeto.

Serão apoiadas agora 216 unidades, segundo anúncio nesta quinta-feira (5) no Palácio do Planalto. É o dobro do que havia sido previsto pelo MEC em julho. O país tem cerca de 140 mil escolas.

Serão gastos R\$ 54 milhões só no próximo ano. Cada escola receberá R\$ 1 milhão para adequações de infraestrutura.

O lançamento do Programa Nacional de Escolas-Cívico Militares é o primeiro evento da área de educação com participação do presidente Bolsonaro no ano — além da posse do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em abril.

Após o evento, Weintraub disse que a determinação do presidente será atendida. “Se o presidente falou, a palavra do presidente é a última pa-





lavra do Executivo.”

Weintraub disse esperar do governo que o modelo alcance 10% das unidades escolares do país. Mas tanto o presidente quanto o ministro disseram que essa seria uma meta que só poderia ser alcançada em um eventual segundo mandato.

Chamadas de escolas cívico-militares pelo MEC, o modelo prevê a atuação de equipe de militares da reserva no papel de tutores — diferente das escolas militares, que são totalmente geridas pelo Exérci-

to. Oficialmente, o programa prevê a adesão voluntária de estados e municípios.

As redes de ensino terão até 27 de setembro para indicar duas escolas para receber o projeto-piloto no próximo ano. São elegíveis escolas do segundo ciclo do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e de ensino médio com 500 a 1.000 alunos.

Uma das críticas ao modelo é que as unidades escolhidas recebem investimentos, enquanto o restante das unidades públicas têm de traba-

lhar nas mesmas condições. Weintraub disse que serão contempladas somente escolas em áreas vulneráveis.

O objetivo é promover parcerias com a PM, com os bombeiros ou com o Exército.

Escolas militares ganharam evidência nos últimos anos por causa de indicadores educacionais positivos e por atacarem o problema da indisciplina. Reportagem da *Folha* mostrou que as escolas militares e institutos federais com o mesmo perfil de alunos têm desempenho similar.

## Amazônia e educação terão R\$ 2,6 bi da Lava Jato

Reynaldo Turollo Jr.  
BRASÍLIA

O governo federal e a Procuradoria-Geral da República anunciaram, nesta quinta-feira (5), que chegaram a um acordo para destinar os recursos do fundo da Lava Jato, provenientes de multas acertadas pela Petrobras nos EUA, para a Amazônia e para a área da educação.

Segundo a procuradora-geral, Raquel Dodge, serão destinados R\$ 1 bilhão para ações de combate ao desmatamento na Amazônia e R\$ 1,6 bilhão para a educação.

“Importante assinalar que [os recursos] atenderão às áreas de educação, de ciência e tecnologia, à área da primeira infância e o sistema socioeducativo, todas áreas muito importantes para promover a cidadania no Brasil”, disse Dodge.

“A defesa da Amazônia, que é patrimônio brasileiro, é muito importante, e ela agora conta com

recursos que irão para a área da agricultura, para assistência técnica, para regularização fundiária, para prevenção de queimadas e também para a regeneração da floresta. São áreas muito importantes que serão atendidas com esse dinheiro, atendendo ao interesse público e ao interesse brasileiro”, completou.

O acordo foi anunciado por Dodge e pelo advogado-geral da União, André Mendonça, após reunião no STF (Supremo Tribunal Federal) com o ministro Alexandre de Moraes.

Moraes é relator de uma ação ajuizada por Dodge em março contra a ideia dos procuradores da Lava Jato de Curitiba de aplicar os recursos da Petrobras numa fundação privada que promoveria ações de combate à corrupção.

O dinheiro foi acertado entre a Petrobras e o Departamento de Justiça dos EUA como reparação por causa do esquema de corrupção desbaratado na estatal. O plano de

criar a fundação da Lava Jato já estava suspenso por decisão de Moraes, mas as autoridades ainda não haviam definido um outro destino para os recursos.

Segundo o texto do acordo, divulgado pelo STF, a Amazônia receberá R\$ 1,06 bilhão para prevenção, fiscalização e combate do desmatamento, de incêndios e de ilícitos ambientais. Desse valor, R\$ 630 milhões serão executados pela União, por meio de ações como as operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem), reforço ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama e regularização fundiária e assistência técnica, por meio do Ministério da Agricultura.

Outros R\$ 430 milhões deverão ser executados de maneira descentralizada pelos estados da região amazônica.

Na área de educação, serão aplicados, segundo o acordo, R\$ 1,602 bilhão, dos quais R\$ 1 bilhão serão para o Ministério da Educação





aplicar em ações relacionadas à educação infantil. Outros R\$ 250 milhões deverão ir para o Ministério da Cidadania, para ações relacionadas ao Programa Criança Feliz, de atenção à primeira infância.

Haverá ainda R\$ 250 milhões para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para ações relacionadas a projetos ligados a empreendedorismo, inovação, popularização da ciência, educação em ciência e tecnologias aplicadas, tais como bolsas de pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Por fim, R\$ 100 milhões serão destinados para ações socioeducativas em cooperação com os estados, preferencialmente por intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O acordo é assinado por Dodge, Mendonça, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ),

e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e o procurador-geral da Fazenda Nacional, José Levi Mello do Amaral Junior.

“A União fará relatório consolidado acerca dos recursos recebidos, bem como dos gastos efetivos, relatório esse a ser entregue à Petrobras para fins de prestação de contas nos acordos celebrados entre a Petrobras e os EUA”, diz o texto do acordo, que ainda precisa ser avaliado formalmente por Moraes.

“A realização de despesas financiadas com os recursos do presente acordo será fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União, no exercício regular de suas atribuições institucionais”, diz o documento.

Uma das principais críticas que se fazia à ideia da Lava Jato de aplicar o dinheiro em uma fundação privada é que ela não estaria sujeita a órgãos como o TCU, que auditam os gastos públicos.



## Para onde vai

### **R\$ 1,06 bilhão**

é a fatia que a Amazônia vai receber para prevenção, fiscalização e combate ao desmatamento. Desse valor, **R\$ 630 milhões** serão executados pela União e **R\$ 430 milhões** pelos estados da região amazônica

### **R\$ 1,602 bilhão**

vai para a educação, sendo **R\$ 1 bilhão** para o Ministério da Educação, **R\$ 250 mi** para o Ministério da Cidadania, **R\$ 250 mi** para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e mais **R\$ 100 mi** para ações socioeducativas



# Governo quer 216 escolas cívico-militares e Bolsonaro defende imposição do modelo

Mateus Vargas / BRASÍLIA / COLABOROU LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem decreto que regulamenta a adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Os Estados e o Distrito Federal poderão indicar, de hoje até o dia 27, duas escolas para receber o projeto já no primeiro semestre letivo de 2020 – só precisam ter de 500 a mil alunos, do 6.º ao 9.º ano do fundamental ou do ensino médio. Ao ser lembrado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) de que no Distrito Federal algumas escolas recusaram o modelo militar, Bolsonaro foi taxativo. “Me desculpa, não tem de aceitar, tem de impor.”

A fala do presidente contraria um dos requisitos para adesão ao programa – o fato de ser voluntária e necessitar da realização de consultas públicas. O governo federal pretende implementar essa gestão em 216 instituições até 2023 – com 54 lugares por ano. Questionado sobre a fala de Bolsonaro, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, reforçou que a adesão ao programa é voluntária. Mas disse que há fila de pais e gestores interessados. E

ponderou que a “última palavra” para os assuntos do governo é do Executivo.

A ideia é que os militares atuem em tutorias e na área administrativa. Eles não vão substituir os professores dentro da sala de aula, por exemplo.

Devem ser contratados militares da reserva, por meio de processo seletivo. A duração mínima dos serviços é de dois anos, prorrogável por até dez. O contrato com os militares pode ser cancelado a qualquer momento. Os profissionais vão ganhar 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar.

Estados podem destinar policiais e bombeiros para ajudar na administração. O Ministério da Educação (MEC) repassará verba aos governos, que devem investir na infraestrutura das unidades escolares, em material escolar e reformas. Serão gastos R\$ 54 milhões por ano – R\$ 1 milhão por escola.

Segundo o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, na primeira fase, serão usados 540 militares da reserva para atuar em 30 escolas. Ele afirmou que 203 instituições, em 23 unidades da federação, já adotaram a gestão compartilhada.

Em geral, a justificativa da gestão compartilhada com a PM é a de trazer mais segurança e disciplina para as escolas em áreas de risco social. Em Goiás, já há 60 escolas estaduais militarizadas, com avaliação positiva do governo. Como o modelo é recente, não há estudos conclusivos mostrando melhor desempenho dos alunos. Em uma apresentação local, o MEC mostrou um slide que dizia que as escolas cívico-militares tinham Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) superior às escolas públicas civis, mas, questionado pelo Estado, não soube explicar como foram calculados os dados.

Exemplo. Alunos do Colégio Tiradentes, unidade Argentino Madeira, em Belo Horizonte, relatam disciplina rígida da escola até no comportamento fora do prédio em que estudam, na Praça Duque de Caxias, região leste da capital mineira. A escola é uma das 30 cívico-militares no Estado.

O uniforme é uma espécie de farda. A roupa é chamada de uniforme de trânsito e surge como obrigatório o uso do casquete, uma boina semelhante à utilizada pelos militares da Aeronáutica. Somente dentro das salas de aula e dos





ambientes fechados é que se permite ficar sem os casquetes. Nas ruas, se o aluno está com o uniforme de trânsito, tem de estar com o acessório.

São proibidos tatuagens e piercings. As garotas têm de usar cabelo preso ou trança; para os meninos, vale cabelos curtos, estilo militar. Também não é permitido namoro dentro da escola. Fora, de uniforme, também não. Nem andar de mãos dadas. Duas retenções na mesma série

provocam expulsão.

Para toda regra não cumprida é realizada uma ocorrência e o aluno perde pontos. Cabelos fora do padrão, por exemplo, constituem falta leve. Estudam na escola filhos de policiais militares, a maioria, e de civis.

“Essa parte de não poder andar de mão dada acho ruim”, afirma Leonardo Lara, de 17 anos,

estudante do 2.º ano do ensino médio. Aluna do 3.º ano do médio, Laura Fernandes Rodrigues, também de 17 anos, afirma que sua paixão na escola é a fanfarra. A estudante, filha de civis, concorda com a disciplina. “Caso contrário, o pessoal sai do eixo.” O modelo fez a dona de casa Patrícia Oliveira, de 34 anos, matricular o filho Estevan Magalhães no 1.º ano do fundamental no Tiradentes. “A educação preza pelo respeito às pessoas.”

## PELO PAÍS

● Onde estão as escolas cívico-militares já existentes  
EM NÚMERO DE ESCOLAS

● ESTADUAIS

● MUNICIPAIS



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

\*  
DEBATE**Esse modelo funciona?***Fátima Gavioli\**

**Sim** Pautadas por dois diferenciais importantes, que são o sistema de organização e a metodologia adotada, as escolas cívico-militares do Estado de Goiás são reconhecidas em nível nacional como um modelo de grande sucesso. Na gestão compartilhada, cabe à PM a indicação do diretor que, por sua vez, tem autonomia para escolher a equipe gestora.

As vagas são distribuídas de forma bastante democrática, por sorteio aberto à comunidade. Garante-se ainda a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Toda a parte pedagógica é de responsabilidade da Secretaria da Educação. Um diferencial é que as escolas cívico-militares possuem um Regimento Interno próprio, que incentiva a participação ativa de pais e mestres no cotidiano escolar por meio de uma associação.

\*

É SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS

*Anna Helena Altenfelder\**

**Não** As escolas militares – nas quais se inspiram as de gestão compartilhada – foram criadas, prioritariamente, para prover educação básica aos dependentes de militares e estudantes que não estejam nessa condição são selecionados por meio de um concurso público. O próprio projeto oficializado ontem reforça essa característica de uma escola para poucos escolhidos. Essa não é uma opção que responde aos enormes desafios de um universo de 50 milhões de alunos em 150 mil colégios.

O caminho para a melhoria da escola pública passa por: aumentar o investimento por aluno, distribuir as matrículas de tal forma que cada professor tenha uma quantidade adequada de alunos para ensinar, investir nos regimes de dedicação docente exclusiva e aprimorar a formação dos profissionais.

\*

É PRESIDENTE DO CONSELHO DO CENPEC EDUCAÇÃO

**Hoje, plano atingiria 0,15% do País, mas a ideia é chegar a 10%**

● Mesmo que o programa tenha adesão total, vai atingir apenas 0,15% das 141 mil escolas públicas brasileiras. Em julho, o MEC divulgou a meta de criar 108 escolas cívico-militares em regiões mais carentes, com o lançamento de uma carta de compromissos para a educação básica. Ao destacar que essa meta foi dobra-

da, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, ressaltou que pretende terminar o mandato com 10% das escolas do País sob essa gestão, sem indicar, porém, o número de estabelecimentos atingidos.

Hoje, há Estados que já têm escolas com gestão militar – feita por policiais. Elas são custeadas com recursos da Secretaria de Segurança Pública e também da Secretaria de Educação. Com a mudança, o governo federal passa a investir verba nesses colégios. / R.C. e M.V.



## Estados se dividem; especialista critica e fala em outras prioridades

Renata Cafardo

Ainda há dúvidas sobre como será a adesão dos Estados e especialistas criticam o modelo. O Espírito Santo já adiantou que não deve aderir ao programa. “Não está no planejamento”, disse o secretário Vitor De Angelo. A rede pública local teve o melhor resultado do País em avaliações do governo federal no ano passado, tanto em Português quanto em Matemática no ensino médio.

Já o secretário de Educação de Pernambuco, Fred Amancio, também disse que sua equipe ainda vai verificar se o projeto está alinhado com o que se prevê para o Estado – outro destaque nacional na área. Outras unidades da Federação já adotam o modelo: Amazonas, Minas, Bahia, Goiás e Brasília.

Para a presidente executiva do movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, é mais uma política que vai tirar recursos e tempo de gestão, em vez de investir em formação dos professores e adoção de tempo integral nos colégios. “A militarização é a confissão deste governo da sua incapacidade de formular e implementar políticas educacionais consagradas pelas experiências nacionais e internacionais”, diz

Para Rafael Parente, secretário do Distrito Federal até agosto, por melhor que o modelo seja, não funcionará se for imposto. Em Brasília, houve sete adoções desde janeiro. “Algumas têm resultados favoráveis porque bem ou mal você acaba transformando aquele ambiente em mais seguro, nem que seja pelo medo dos militares.”

## Bolsonaro defende escolas militarizadas

Em lançamento do programa para a implantação de escolas cívico-militares ontem, no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro defendeu a imposição dessas instituições educacionais aos estudantes. Para ele, é importante fazer isso para que, no futuro, os alunos não sejam dependentes “até morrer” de programas sociais. O trecho da declaração foi feito ao se dirigir ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), presente na reunião.

O presidente fez referência a Ibaneis, que propôs a adoção da militarização em algumas escolas. “Temos aqui a presença física do nosso governador do DF, Ibaneis. Parabéns, governador, com essa proposta. Vi que alguns bairros tiveram votação e não aceitaram. Me desculpa, não tem que aceitar, não. Tem que impor”, sustentou. O chefe do Executivo federal associou as unidades cívico-militares como instituições capazes de oferecer um ensino melhor aos estudantes.

“Se aquela garotada está na quinta série, está na nona série e, na prova do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) não sabe uma regra de três simples, não sabe interpretar um texto, não responde a uma pergunta básica de ciência, me desculpa, não tem que perguntar para o pai, irresponsável, nesta questão, se quer ou não uma escola, de certa forma,

Minervino Junior/CB/DA Press - 15/2/19



Programa prevê participação de militares nas áreas de monitoramento de alunos e de aprendizado administrativo

com militarização. Tem que impor, tem que mudar”, disse.

O presidente afirmou, ainda, que, com instrução educacional das escolas cívico-militares, os alunos poderão vislumbrar melhores perspectivas de emprego e renda, a fim de não ficarem dependentes de programas do governo. “Nós não queremos que essa garotada cresça e, no futuro, seja um dependente ‘até morrer’ de programas sociais do governo”, analisou.

Em agosto, o Governo do Distrito Federal (GDF) promoveu eleições em algumas escolas para a sociedade votar a favor ou contra a militarização em unidades de ensino. Nas instituições onde a maioria foi contra, como no Gisno, na Asa Norte, e no

CEF 407, em Samambaia, Ibaneis sugeriu implementar uma gestão compartilhada com a Polícia Militar. Depois, recuou.

A expectativa é de que o Brasil receba, até 2023, 216 unidades educacionais cívico-militares, em uma expectativa de implementação de 54 por ano. O objetivo é construir um ambiente de parcerias e de maior vínculo entre gestores, professores, militares, estudantes e pais e responsáveis em um modelo que vai abranger três áreas.

### Contribuição

Os militares integrarão apenas as áreas educacional e administrativa. O Ministério da Defesa contribuirá com o programa cedendo pessoal para





atuar nas áreas de monitoramento dos alunos na área de ensino e aprendizado da parte administrativa, destacou o titular da pasta, Fernando Azevedo e Silva. “Sempre visando otimizar os recursos já disponíveis na unidade escolar”, comentou.

Em uma primeira fase, poderão ser convocados, aproximadamente, 540 militares da reserva para atuarem em até 30 escolas cívico-militares, nas alas de monitoramento, ensino de aprendizagem e administrativa. “Além disso, a Defesa colocará na definição dos perfis e das atribuições dos militares a serem convocados a busca por parcerias e a necessidade de trabalho conjunto”, frisou.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, comemorou que o governo dobrou a meta inicialmente prevista pelo Compromisso Nacional pela Educação Básica, anunciado em julho, de a oferta de 108 escolas cívico-militares. A expectativa dele é de que o próprio Bolsonaro possa prestigiar a entrega de, pelo menos, 10% dessas unidades educacionais.

### **Nova aquisição na área de ensino reforça fôlego do setor**

Nos últimos anos, a educação no Brasil passou a ser vista como um grande negócio. Não à toa, o setor tem sido um dos mais ativos em número de fusões e aquisições. Desde 2008, calcula-se que 300 transações desse tipo foram realizadas. O futuro deverá oferecer novas oportunidades. Segundo estudo recente realizado pela consultoria KPMG, 43% dos executivos da área de ensino pretendem comprar outras instituições nos próximos 12 meses. Nesta semana, mais um negócio saiu: a Cruzeiro do Sul Educacional, quinto maior grupo de ensino do país, acertou os detalhes para a compra do Centro Universitário Braz Cubas, que tem 16 mil alunos em 23 cursos de graduação presencial, 28 de graduação a distância e 150 de pós-graduação. Agora, a Cruzeiro do Sul incorpora a 11ª instituição ao seu portfólio. A negociação, que depende da anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), demorou dois anos e foi concluída por estimados R\$ 150 milhões.

## DF: mensalidade escolar para 2020 tem previsão de reajuste em até 8%



Índice está acima da inflação prevista para este ano: 4,25%. Sem aumento salarial na mesma proporção, pais ameaçam recorrer à rede pública

IANA CARAMORI  
iana.caramori@metropoles.com

As escolas particulares do Distrito Federal se preparam para o período de matrículas dos alunos referente ao ano letivo de 2020. A previsão de reajuste é de pelo menos 8%, quase o dobro da meta da inflação deste ano — de 4,25%. O aumento traz preocupação às famílias de 163 mil estudantes matriculados da educação infantil ao ensino médio na rede privada brasileira.

Luis Claudio Megiorin, presidente da Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do

DF (Aspa-DF), espera que as escolas coloquem pé no freio, sob risco de perderem mais alunos: “Estamos em plena recessão econômica. Os pais não têm reajuste salarial nesse percentual. Ainda mais no DF, onde a maioria é composta por servidores públicos. Os contracheques estão congelados”.

Anderson Oliveira mantém dois filhos, de 9 e 11 anos, em uma escola particular de Brasília há seis anos. Ele disse que um aumento maior do que o esperado o levaria a trocar os filhos de colégio. “Acredito que, principalmente com a economia atual, temos de levar em consideração o preço. Localidade, ensino e metodologia são importantes. Porém, um preço abusivo me faria mudar”, afirmou o bancário.

Antes de fazer a troca, Anderson pontuou que tentaria negociar com a escola. A atitude é defendida pelo diretor da Aspa-DF. “Mas não sozinho”, aponta Megiorin. “Em grupo se tem mais força.” Os pais devem estar atentos, ainda, à mudança de série do aluno. Em alguns casos, como na passagem do ensino fundamental para o médio, a mensalidade costuma aumentar além do reajuste.

Janáina Santos, 39 anos, tem três filhos em idade escolar. No ano passado, colocou os dois mais novos, ainda no ensino fundamental, na rede pública. “Fizemos um esforço no orçamento para manter a nossa filha, que faz o ensino médio, em escola particular. Não sei se vamos conseguir em 2020. Estamos sem reajuste salarial há dois anos”, disse a servidora pública.

O Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (Sinepe-DF) explicou que não tem como fazer uma média para os reajustes. Isso porque as instituições têm autonomia para definir os valores. Assim, a entidade informou apenas que orienta as instituições a seguirem a Lei nº 9.870/1999 – a norma dispõe sobre o valor total das anuidades escolares, de acordo com o “projeto pedagógico e as especificidades da sua comunidade de atuação”.





Com base na mencionada legislação, que não define teto para o aumento, as escolas podem acrescentar na mensalidade valores relacionados à variação de custos da instituição. Ainda segundo a norma, o contrato deve ser divulgado pela escola no período mínimo de 45 dias antes da data final para matrícula, conforme calendário dos centros de ensino.

A Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) também declarou que não pode sinalizar índices de reajuste nas mensalidades escolares. “Cada estabelecimento de ensino tem a liberdade de estabelecer o reajuste de acordo com suas planilhas de custo”, destacou em nota.

#### Mensalidades

O Centro de Ensino Católica de Brasília (CECB) ainda não informou oficialmente o reajuste da mensalidade para 2020. Mas o aumento deve vir na faixa dos 5%. Neste ano, a mensalidade subiu 5,74%. Atualmente, os valores pagos variam entre R\$ 1.022, para a educação infantil, e R\$ 1.486, ensino médio.

No SEB Dínatos, o reajuste escolar para 2020 será de 7,65%. Entretanto, o valor da parcela mensal não foi informada pela instituição. Os preços no Colégio Marista de Brasília sofrerão reajuste de até 8%. Porém, há variação de acordo com a série do aluno. Este ano, a cifra varia de R\$ 2.399, para

a educação infantil, a R\$ 2.707, para os estudantes do ensino médio.

A maioria das escolas procuradas pela reportagem, no entanto, não revelou os valores das mensalidades ou a porcentagem do reajuste para o próximo ano.

O Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares do Distrito Federal (Sinproep) informou à reportagem que, nesse ano, enquanto a elevação das mensalidades escolares foi de cerca de 12%, os trabalhadores tiveram reajuste com base na inflação, ou seja, de 5,07%.

Preste atenção na hora da matrícula:

– O contrato deve ser divulgado em local de fácil acesso, no mínimo 45 dias antes do prazo final de matrícula. No documento, devem constar os valores da anuidade e o número de vagas por sala

– As escolas não podem cobrar taxa pela emissão de boleto bancário ou de carnê para pagamento de mensalidade

– Taxa de reserva de matrícula pode ser cobrada pela instituição, mas o valor deve fazer parte da anuidade e ser descontado da primeira mensalidade

– Mesmo com mensalidades em atraso, os alunos não podem ser impedidos de frequentar as aulas. Os estudantes inadimplentes, porém, não têm direito à renovação de matrícula



## “Tem de impor”, diz Bolsonaro a Ibaneis sobre militarização em escolas



O conselho foi dado durante o lançamento do modelo pelo governo federal no Palácio do Planalto nesta quinta-feira (05/09/2019)

FRANCISCO DUTRA  
francisco.dutra@metropoles.com

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) aconselhou o governador Ibaneis Rocha (MDB) a impor o modelo de gestão compartilhada com a Polícia Militar nas escolas públicas do DF. Segundo o chefe do Executivo nacional, o emedebista não deve fazer consultas para a adoção da administração militarizada junto à comunidade escolar.

“Tem que impor”, repetiu diversas vezes o mandatário da República, durante o lançamento do projeto de escolas militarizadas do governo

federal, no Palácio do Planalto, na manhã desta quinta-feira (05/09/2019). Na avaliação do presidente, o projeto do DF é necessário para a segurança e a formação educacional dos estudantes, especialmente os mais carentes.

O conselho de Bolsonaro foi dado depois de o GDF ter desistido de adotar a gestão militarizada no Gisno da Asa Norte — escola que rejeitou o modelo em consulta. Em outra unidade, no colégio 407 de Samambaia, que também rechaçou a medida, o governo pretende fazer nova consulta.

“Temos aqui a presença física do nosso governador do DF, Ibaneis. Parabéns, governador, com essa proposta. Vi que alguns bairros tiveram votação e não aceitaram. Não tem que escutar. Tem de

impor”, disse o pesselista para Ibaneis.

Logo após a solenidade de lançamento do concurso da Polícia Civil, o governador disse que a suspensão do modelo no Gisno está mantida. “As palavras do presidente eu ouço, mais ou menos na linha que eu já entendia antes. Temos estudos técnicos que revelam a necessidade de implementação dessas escolas em determinados locais”, disse.

As duas unidades de ensino recusaram, em votação realizada no último dia 17, a implantação do modelo que ficou conhecido como “escolas militarizadas”. No mesmo dia, outros três colégios aprovaram a iniciativa, que começou em fevereiro, em forma de projeto-piloto, em quatro instituições.

Depois da votação, o governador Ibaneis Rocha disse que implementaria a gestão nas duas escolas, apesar da recusa, o que provocou embates e culminou na saída do então secretário de Educação, Rafael Parente. Após as polêmicas, o titular do Palácio do Buriti disse que daria mais tempo para que a questão fosse debatida. Na terça-feira (03/09/2019), o martelo foi batido sobre o Gisno, conforme relevou o Metrôpoles.

Em relação ao CEF 407 de







Samambaia, ainda será definida data para a nova votação. Isso porque, segundo o secretário de Educação, João Pedro Ferraz, parte da comunidade escolar fez manifestações a favor da gestão compartilhada com a Polícia Militar após a votação que recusou o novo formato.

#### Regulamentação

O modelo de gestão compartilhada, que começou pelo DF, agora será estendido em todo o país. Pelo menos é isso que prevê o decreto assinado por Bolsonaro nesta quinta, que regulamenta a adesão. Estados e o Distrito Federal podem indicar, de 6 a 27 de setembro, duas escolas para receber o projeto já no primeiro semestre letivo de 2020. Elas precisam ter de 500 a mil alunos, do 6º ao 9º ano do fundamental ou do ensino médio. O governo federal pretende implementar a gestão em 216 escolas até 2023, sendo 54 por ano.

A fala de Bolsonaro sobre “impor” o modelo contradiz um dos requisitos para adesão ao programa — o fato de ser voluntária e necessitar da realização de consultas públicas junto à população. Questionado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, reforçou que a adesão ao programa é voluntária. Disse ainda que há fila de pais e gestores interessados. Mas ponderou que a “última palavra” para assuntos do governo é do Executivo.

Devem ser contratados militares da reserva, por meio de processo seletivo, para que a gestão seja compartilhada nas unidades de ensino. A duração mínima dos serviços é de dois anos, prorrogável por até 10. O acordo pode ser cancelado a qualquer momento. Os profissionais vão ganhar 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar.

Com informações da Agência Estado

## Comissão aprova o uso do Nota Legal para pagamento de mensalidades escolares



Para se cadastrar no programa, o aluno deverá ter renda familiar mensal bruta equivalente a até seis vezes o valor do piso salarial do DF.

A Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC) da Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou projeto (PL nº 151/2019) que implementa o Programa de Crédito Educativo – Nota Le-

gal a fim de financiar recursos para o pagamento de mensalidades escolares dos estudantes de baixa renda. De acordo com o texto, os estudantes matriculados em instituições de ensino superior ou técnico poderão usar os créditos do Nota Legal para quitar mensalidades. Para se cadastrar no programa, o aluno deverá ter renda familiar mensal bruta equi-

valente a até seis vezes o valor do piso salarial do DF.

"A ideia é que o crédito educativo possa funcionar de forma integrada com a Nota Legal, possibilitando ao estudante a criação de sua poupança educacional e a utilização de créditos da nota fiscal para amortização parcial ou integral do crédito educativo", explica o autor da matéria, deputado Delmasso (PRB). Em parecer favorável à proposta, o relator na CESC, deputado Prof. Reginaldo Veras (PDT), destaca que o projeto, ao tratar do financiamento para o pagamento de mensalidades aos estudantes de baixa renda, por meio de créditos





do Nota Legal, "pode ampliar a participação de grupos historicamente desfavorecidos na educação". Contudo, Veras alertou que os impactos da proposta devem ser examinados pelas comissões de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Literatura – O colegiado aprovou também proposta (PL nº 456/2019), da deputada Jaqueline Silva (PTB), que inclui a literatura brasileira

no currículo das escolas públicas do DF. A matéria foi aprovada na forma de substitutivo do relator, deputado Jorge Vianna (Podemos). Com esse teor, a biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal abriga a coleção Escritores do DF, com mais de mil títulos. O acesso ao acervo da biblioteca é gratuito. Participaram da reunião de hoje (4) os deputados Jorge Vianna (Podemos), Delmasso (PRB), Reginaldo Veras (PDT) e Arlete Sampaio (PT).



## Enem disponibilizará atendimento especial a mais de 50 mil candidatos

Por Agência Brasil Brasília

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 disponibilizará atendimento especializado a mais de 50 mil participantes que manifestaram necessidades especiais para fazer o exame. O número equivale a 1% dos 5,1 milhões de inscritos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e responsável pela aplicação da prova, oferece 15 recursos para que as pessoas com deficiência realizem as provas com comodidade.

Entre os recursos oferecidos pelo Inep estão: apoio para pernas e pés; mesa para usuários de cadeira de rodas; salas de fácil acesso; e prova impressa em braile. Para os participantes com baixa visão, o instituto também disponibiliza as provas nas modalidades ampliada ou superampliada, ou seja, impressas com fontes caligráficas e imagens

aumentadas. Os candidatos que apresentaram laudo, declaração ou parecer que comprovando a necessidade de tempo adicional poderão dispor de um acréscimo de 60 minutos para fazer as provas.

De acordo com o MEC, uma inovação no Enem 2019 foi a possibilidade de o participante informar, no ato de inscrição, que usa aparelho auditivo ou implante coclear. O Inep registrou 1.846 usuários inscritos que utilizam um destes dispositivos ou os dois.

“A comunidade surda que tem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeiro idioma realiza a videop prova traduzida em Libras desde 2017. A modalidade permite que o participante faça a prova em notebook, mediante vídeo com enunciados das questões e opções das respostas traduzidas em Libras. Quem faz a videop prova conta com 120 minutos adicionais para cada dia do exame”.

Material próprio

Em alguns casos, o participante pode levar material próprio no dia do exame, como máquina para a escrita em braile, lupa, reglete, luminária e outros objetos descritos no edital. O participante que solicitou atendimento e apresentou a documentação que comprova essa necessidade poderá utilizar objetos próprios para realizar a prova. Atendimento específico

Atendimento específico

O Inep confirmou também a inscrição de 5.277 pessoas que terão atendimento específico. Entre elas, estão pessoas em situação hospitalar, gestantes, lactantes e idosos.

Data das provas

As provas do Enem 2019 serão aplicadas em dois domingos, 3 e 10 de novembro. No dia 3, serão realizadas as provas de linguagens, códigos e suas tecnologias, redação e ciências humanas e suas tecnologias. No dia 10, as provas serão de ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias.